

**Intervenção do Presidente da Câmara, Professor Alberto Machado, na Sessão de lançamento dos trabalhos de implementação do Sistema Eletroprodutor do Tâmega (4 de julho de 2014, auditório municipal)**

Ao desejar as boas vindas de sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia ao concelho de Vila Pouca de Aguiar não posso de deixar, em primeiro lugar, de referir o orgulho que toda a região do Alto Tâmega e, em concreto, o concelho de Vila Pouca de Aguiar, sentem em poder recebê-lo para este acontecimento de vital importância para toda a região.

Hoje, vossa excelência honra o Alto Tâmega, com um ato de mais relevante significado para toda esta região: a Sessão de lançamento dos trabalhos de implementação do Sistema Electroprodutor do Tâmega.

Embora nunca tenha deixado de ser anunciado, este projeto, foi sempre acompanhado de muitas dúvidas e interrogações sobre a sua real execução física.

Na realidade este é um processo longo que importa em traços gerais recordar. Teve o seu início aquando da apresentação, em outubro de 2007, pelo INAG onde foram definidas as prioridades para os investimentos a realizar em Aproveitamentos Hidroelétricos no horizonte 2007-2020.

Na seleção dos locais com maior potencial hídrico foram então identificados um conjunto de 25 locais, nos quais se encontravam os Aproveitamentos Hidroelétricos do Alto Tâmega.

Em 1 de abril de 2008 seria lançado o concurso público internacional para atribuição de concessão dos aproveitamentos hidroelétricos do Alto Tâmega.

Estavam então previstos os aproveitamentos hidroelétricos de Gouvães, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, de Padroselos, no concelho de Boticas e Ribeira de Pena, de Daivões no concelho de Ribeira de Pena e Cabeceiras de Basto e do Alto Tâmega, nos concelhos de Boticas, Chaves e Vila Pouca de Aguiar.

No seguimento do concurso, e por via do contrato celebrado em 16 de dezembro de 2008, o Estado Português atribuiu à IBERDROLA o direito de colaborar na implementação do Plano Nacional de Barragens, mediante a atribuição de direitos exclusivos de exploração destes aproveitamentos hidroelétricos.

Foi então elaborado e apresentado pela Iberdrola o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) incidindo sobre o Sistema Electroprodutor do Tâmega, com base no qual, em 21 de junho de 2010, o Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente emite a Declaração de Impacte Ambiental (DIA) favorável condicionada à alternativa 12 que considerava a não construção do aproveitamento hidroelétrico de Padroselos e a construção dos restantes três aproveitamentos.

A DIA vem definir um conjunto significativo de condicionantes que o projeto tem de ver cumpridas. Nessas condicionantes expressa-se a necessidade de estabelecer um Plano de Ação, em colaboração com os municípios, com o objetivo de promover o desenvolvimento económico, social e cultural da bacia do Tâmega e desenvolver projetos integrados destinados a repor e potenciar as principais dimensões impactadas pelo projeto.

Esta foi, entre muitas outras, uma das fortes reivindicações dos anteriores presidentes de câmara do Alto Tâmega junto do governo e das entidades envolvidas. Aliás, foram inúmeras as reuniões realizadas e os documentos e propostas apresentados, nomeadamente durante o ano 2011, para que fosse possível estabelecer um acordo entre os municípios e a Iberdrola. Todavia, como sabem, não foi possível chegar a bom porto.

Merece, no entanto, ser destacado o trabalho e determinação incansável dos anteriores presidentes de câmara, fundamentais em todo este processo, e a quem as diferentes comunidades devem um grande agradecimento, aqui representados na pessoa do seu principal rosto de acompanhamento deste projeto, Dr. Domingos Dias.

Embora com muitas diligências, circunstâncias várias, criaram um impasse no desenvolvimento real pretendido até 2013.

Nas últimas eleições autárquicas houve alteração de todos os executivos municipais, foi então que os presidentes de câmara do Alto Tâmega, em conjunto, solicitaram uma reunião com o Sr. Ministro do Ambiente no sentido de se efetuar um ponto de situação de tão importante dossier.

Sr. Ministro do Ambiente este momento deve-se a si, à sua competência e determinação; foram determinantes para se ultrapassar todo este impasse. A vontade com que pegou neste processo foi encorajadora para todas as partes envolvidas, desde Municípios, Iberdrola, APA, CCDR-N e técnicos envolvidos. Sua excelência será

lembrado pela comunidade do Alto Tâmega pela capacidade que demonstrou em agarrar e dar seguimento objetivo a este projeto.

Relembro as palavras de V. Exa, proferidas na reunião conjunta desenvolvida a 20 de dezembro de 2013, que cito, “em tempos de crise como o que vivemos, não podemos dispensar um investimento desta dimensão, naturalmente sem descurar as questões de minimização de impacto ambiental inerentes a um pretendido desenvolvimento sustentável, as expectativas do concessionário Iberdrola e as reposições, compensações e contrapartidas devidas às populações locais, representadas pelos Srs. Presidentes de Câmara. É este o tempo para o empenhamento de todos”.

Sr. Ministro, todos agarramos com sentido de responsabilidade, racionalidade e muito trabalho o seu desafio, e permita-me apenas a título de exemplo, pelo significado da data, que a 24 de dezembro, dia de consoada à tarde, as câmaras municipais e a Iberdrola concluíam e enviavam respetivas propostas para a APA.

A 10 de janeiro de 2014 viríamos a formalizar o acordo de Princípios relativo ao Plano de Ação, que foi homologado por V. Exa no próprio dia.

Sr. Ministro, permita-me que em nome dos Municípios do Alto Tâmega, que hoje represento, partilhe este momento com demais elementos envolvidos no desbloquear deste processo, nomeadamente a APA, na pessoa do seu presidente, Eng. Nuno Lacasta, a CCDR-N, na pessoa do seu vice-presidente Eng. Álvaro Carvalho, à Iberdrola nas pessoas Javier Palacios e Sara Hoya e respetivas equipas de trabalho, incansáveis ao longo de todo este processo. Este momento, este virar de página das formalidades para o início de trabalhos, também se deve, e muito, ao vosso esforço.

Meus senhores e minhas senhoras,

Hoje é assinalada a partida para um novo e intermédio ciclo que terminará com o final das obras de construção e início de produção hidroelétrica.

Estes anos de construção que aí veem, exigem igual empenhamento e visão estratégica conjunta de todos os intervenientes; estes territórios de baixa densidade, pela sua sobrevivência, necessitam de ser devidamente ancorados com estratégias de desenvolvimento.

Se por um lado, o Plano de Ação tem por ambição a definição das medidas capazes de suprimir as perdas que a construção destes empreendimentos inevitavelmente preconiza aos territórios diretamente afetados e, naturalmente, à região do Alto Tâmega, de modo a promover o desenvolvimento local e regional. Salientando-se a importância de em permanência:

- Assegurar a reposição e restabelecimento das infraestruturas e equipamentos afetados e garantir as medidas de minimização e compensação a atribuir às famílias afetadas (não apenas às famílias desalojadas) e aos aglomerados diretamente e indiretamente afetados pelos aproveitamentos hidroelétricos;
- A importância de dar seguimento às orientações da DIA de operacionalização das medidas necessárias para assegurar a compensação socioeconómica e cultural dos territórios abrangidos pelos empreendimentos hidroelétricos de Gouvães, Daivões e Alto Tâmega;
- A importância de assegurar as devidas contrapartidas à região pela construção dos empreendimentos hidroelétricos de Gouvães, Daivões e Alto Tâmega, numa lógica do desenvolvimento regional, nomeadamente ao nível do desenvolvimento humano e da competitividade.

Por outro lado, as obras de construção a iniciar, devem ser também uma mais-valia para estes territórios rurais; é fundamental que este projeto continue a ser visto num todo e com o contributo de todos, que não se esgota nas indemnizações, nas compensações e contrapartidas já devidamente citadas. A legítima expectativa destas gentes, que sabemos nunca será atingida ou satisfeita na totalidade, tão grandes são as carências, tem que ser devidamente considerada e integrada na própria execução das obras, a utilização de recursos humanos, materiais e de serviços locais, tal como a permanente troca de informação com as Câmaras Municipais, é igualmente fundamental para que haja mais benefícios reais do que prejuízos.

Para concluir, nesta sessão formal, pública, de lançamento dos trabalhos de implantação do Sistema Eletrotutor do Tâmega, recordo um episódio passado a 17 de junho, aquando da visita à Freguesia do Alvão, relatado pelo Senhor Presidente de Junta do Alvão, António Guedes.

Queremos que os rios continuem a correr para o mar, mas que deixem proveitos também por onde passam, porque é assim que deve ser!

